

## STOQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

CNPJ nº 05.388.674/0001-29

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado Acionista, apresentamos as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e das respectivas notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O Parecer retrata de forma fidedigna os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo.

Thiago de Assis Silva - Diretor-Presidente.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
Ativo	Nota	2022		2021		Nota	2022		2021		Nota	2022		2021			
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021							
<b>Ativo circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.722	15.506			17	78.576	16.888			9	10 e 11	4.098	4.606	973		
Contas a receber	5	5.185	4.461			18	(41.974)	(35.733)			9	10	6.446	5.977	1.343		
Estoques	6	1.149	4.849				36.602	35.955			11		468	324	285		
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.942	50								12		495	285	285		
Adiantamentos	-	67	50			18	(27.448)	(26.848)			11		11.601	11.535			
Outros ativos	-	-	1				(65)	22									
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>23.835</b>	<b>27.009</b>				(27.513)	(26.826)									
<b>Ativo não circulante</b>																	
Partes relacionadas	8	7.612	4.063				9.089	9.129									
Imobilizado	9	18.959	16.212			19	(5.546)	(4.810)									
Intangível	10	5.634	4.685				555	287									
Direito de uso	11	3.827	1.861				(4.991)	(4.529)									
		28.420	22.558				4.058	4.660									
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>36.032</b>	<b>26.621</b>			16	(1.120)	(1.013)									
<b>Total do ativo</b>		<b>59.867</b>	<b>53.630</b>				2.978	3.593									
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE</b>																	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>														
Lucro líquido do exercício		2.978	3.593														
Outros resultados abrangentes		-	-														
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>2.978</b>	<b>3.593</b>														
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>																	

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Stoque Soluções Tecnológicas S.A. ("Companhia") foi constituída em 07 de novembro de 2002, com sede na Rua da Silva nº 168, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG. A Stoque Soluções Tecnológicas S.A. tem por objetivo a gestão de processos e documentos, digitalização de documentos, venda, locação, assistência técnica e outsourcing de equipamentos e suprimentos multimarcas, desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão de documentação. A Kinase Participações S.A., sociedade subsidiária integral da Kinase Investimentos em Empresas Emergentes, Fundo de Investimento devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), adquiriu no dia 15 de fevereiro de 2019, 95% (noventa e cinco por cento) das ações da Stoque Soluções Tecnológicas S.A., tornando-se, consequentemente, sócia do Sr. Murilo Taranto, detentor de cinco por cento das quotas. Em 22 de fevereiro de 2022, a Kinase Participações S.A. exerceu opção de compra da participação societária remanescente de 5% detida pelo sócio minoritário, Murilo Taranto, passando a titularizar 100% (cem por cento) das ações da Stoque. O Grupo Kinase opera sob a modalidade de um Search Fund, ou seja, foi constituída para realizar aquisições de participações, bem como para atuar como administrador ativo de suas subsidiárias com o objetivo de implementar um modelo de gestão profissional. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas para emissão na reunião da diretoria, realizada em 02 de março de 2023.

**2. POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**  
**2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nessas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.4. Representação dos valores correspondentes:** Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia emite demonstrações contábeis em português e melhor gerenciamento da companhia, identificando que os custos e despesas estavam sendo mensurados em divergência com critérios e premissas adequadas para análise da gestão atual. Sendo assim, a segregação entre custos e despesas por natureza foram revisados para melhor entendimento. Os principais ajustes efetuados e impactos na demonstração de resultado do exercício da Companhia em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados a seguir:

	Original	Ajustes de reclassificação (reapresentado)	
Custo de vendas e serviços	(14.289)	(611)	(14.900)
Salários e remunerações	(13.683)	-	(13.683)
Encargos sociais	(7.817)	-	(7.817)
Benefícios a empregados	(5.977)	-	(5.977)
Depreciação e amortização	(5.977)	-	(5.977)
Serviços de terceiros	(10.677)	-	(10.677)
Outros custos e despesas	(6.778)	611	(6.167)
<b>Total</b>	<b>(62.581)</b>	<b>-</b>	<b>(62.581)</b>

	Original	Ajustes de reclassificação (reapresentado)	
Custo de vendas e serviços	(47.430)	11.697	(35.733)
Despesas	(15.151)	(11.697)	(26.848)
<b>Total</b>	<b>(62.581)</b>	<b>-</b>	<b>(62.581)</b>

**2.2. Principais práticas contábeis:** a) **Apropriação do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. O reconhecimento das receitas decorrentes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfatórios. As etapas deste novo processo compreendem: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando o regime acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controle de custos e despesas que não reconhecidas em função da transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo despesas, abatimentos e impostos ou custos de serviços. O custo dos serviços prestados compreende o custo de pessoal, depreciação e outros custos operacionais demonstrado na Nota Explicativa nº 18. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. c) **Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro prazo) o ciclo de crédito de recebimento são classificados em liquidações com ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, deduzidas quando aplicável, da provisão para perda de crédito esperada, a qual é constituída considerando os riscos de inadimplência. d) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das alterações de valor justos são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxa demonstradas na Nota Explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos adlocáveis aos bens durante a sua fase de construção. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações contábeis são reconhecidos no momento da venda. e) **Avaliação de valor recuperável de ativos (exceto ativo):** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso essas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual líquido do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (impairment). f) **Intangível:** Os itens relacionados no intangível estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização do período. Consiste basicamente no desenvolvimento de software, destinado a gestão de conteúdo corporativo (ECM) com suporte a processos de negócios, alinhados as melhores práticas recomendadas pela ABPM/BPMN. (Processos como objetivo central, armarizem e gerir informações estruturadas, documentos formais) e não estruturadas (mídias, imagens e demais documentos "informais") determinan-

do o ciclo de vida da informação e o seu compartilhamento entre as áreas de negócio da Companhia. i) **Tributação sobre a renda:** **Tributos correntes:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica: alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; e ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: alíquota de 9%. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **ij) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. **k) Provisão para riscos:** As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. **l) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico-futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a 'coisa julgada' em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, permitindo a aplicação da decisão em todo o território nacional, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência da decisão. **2.3. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em alguns períodos subsequentes afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: a) **Redução a valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o maior valor líquido que a Companhia espera receber pelo ativo, considerando a venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar. **b) Vida útil dos bens do imobilizado:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período relatórios.

**3. NORMAS EM VIGOR A PARTIR DE 2023**  
A Companhia segue as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2022: IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; As alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração. **Imobilizado:** receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e **Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3). A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022. As normas a seguir terão seu início a partir de 1º de janeiro de 2022 e não se espera que estas normas novas e alterações tenham algum impacto significativo nas demonstrações contábeis: - IFRS 17 Contratos de Seguros. Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que Companhia e espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2022	2021
Caixa e bancos	3.014	10.980
Aplicações financeiras	8.708	4.598
<b>Total</b>	<b>11.722</b>	<b>15.506</b>

As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 58% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**5. CONTAS A RECEBER**

	2022	2021
a) <b>Composição dos saldos</b>		
Clientes	5.185	4.661
<b>Total</b>	<b>5.185</b>	<b>4.661</b>
b) <b>Composição dos saldos por idade de vencimento</b>		
A vencer	4.638	4.187

**Vencimentos:**  
De 1 a 30 dias 333 429  
De 31 a 60 dias 143 45  
De 61 a 90 dias 71 -  
**Total** 5.185 4.661

**6. ESTOQUES**

	2022	2021
Equipamentos e suprimentos - revenda	5.031	4.708
Materiais de consumo	141	141
<b>Total</b>	<b>5.149</b>	<b>4.849</b>

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	2022	2021
INSS	-	567
Cofins	253	-
CSLL	940	378
IRPJ	984	997
PIS	55	-
<b>Total</b>	<b>1.712</b>	<b>1.942</b>

**8. PARTES RELACIONADAS**

	2022	2021
Kinase Participações S. A	7.612	4.063

As operações entre partes relacionadas referem-se a empréstimos efetuados a terceiros. As operações foram estabelecidas com base em condições definidas entre as partes acordo com contratos. Conforme as condições estabelecidas, os empréstimos não sofrem nenhuma atualização. **8.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia:** Não ocorreu pagamento de remuneração aos administradores e dirigentes da Companhia nos anos de 2022 e 2021.

**9. IMOBILIZADO**  
a) Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

	% - Taxas de depreciação a.a.	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	3.817	1.550		
Máquinas e equipamentos	10%	31.840	28.871		
Computadores e periféricos	20%	739	731		
Veículos	20%	220	220		
<b>Total</b>		<b>36.616</b>	<b>31.372</b>		
Depreciação acumulada	-	(17.657)	(15.160)		
<b>Líquido</b>		<b>18.959</b>	<b>16.212</b>		

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação e respectivo valor residual, de seu ativo imobilizado por meio de estudo interno desenvolvido pelos técnicos especializados. A tabela anterior demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil e expectativa em anos, as taxas se assemelham com as taxas fiscais.

b) **Movimentação do ativo imobilizado**

	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Depreciação em 2022	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	1.275	2.404	(15)	(142)	3.522
Máquinas e equipamentos	14.842	3.274	(79)	(2.611)	15.393
Computadores e periféricos	70	-	-	(36)	41
Veículos	25	-	-	(25)	-
<b>Total</b>	<b>16.212</b>	<b>5.685</b>	<b>(94)</b>	<b>(2.844)</b>	<b>18.959</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizamos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e concluímos sobre a adequação do uso, pela contabilização, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira completa com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de março de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

CRC 25P-034.766/O-0

Daniel Menezes Vieira

Contador CRC TMG-078.081/O-1

Saldo em 31/12/2020 9.900

Lucro líquido do exercício 2.978

Saldo em 31/12/2021 12.878

Saldo em 31/12/2022 15.856

Capital social 9.900

Reserva legal 2.978

Lucros/prejuízos acumulados 2.978

Saldo em 31/12/2020 9.900

Saldo